

IDENTIDADE EM REDE: OS PERIGOS DA INFLUÊNCIA DO AMBIENTE VIRTUAL NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

NETWORK IDENTITY: THE DANGERS OF THE INFLUENCE OF THE VIRTUAL ENVIRONMENT IN THE EDUCATION OF THE CITIZEN

Débora Morgana Cassiano¹
Marcus Geandré Nakano Ramiro²
Jéssica Fachin³

Como citar: CASSIANO, Débora Morgana; RAMIRO, Marcus Geandré Nakano; FACHIN, Jéssica. Identidade em rede: os perigos da influência do ambiente virtual na formação do cidadão. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC**, Londrina, v. 7, n. 1, e045, jan./jun., 2022. DOI: 10.48159/revistadoidcc.v7n1.e045.

Resumo: Esta pesquisa aborda a influência das mídias sociais na formação da identidade pessoal dos indivíduos, refletindo sobre como o uso desenfreado, sem regulamentação suficiente e longe de uma reflexão filosófica constante das redes sociais, atingem diretamente a identidade pessoal e, como não poderia deixar de ser, têm o poder de alterar até mesmo os cenários políticos, tendo em vista a influência que geram sobre as pessoas. Neste sentido, busca-se identificar as formas pelas quais os usuários das redes sociais se expõem à manipulação, partindo-se de um panorama histórico do avanço das mídias virtuais e relacionando este fato à formação da identidade pessoal. Busca-se, ainda, verificar a capacidade de decodificação das informações existentes no meio virtual e a percepção dos mecanismos de manipulação que colocam sob risco o exercício da cidadania. Para tal, vale-se do método hipotético-dedutivo, utilizando-se como procedimento metodológico principal a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Redes Sociais; Identidade Pessoal; Ideologia Política; Cidadania.

Abstract: This research addresses the influence of social media in the formation of individuals' personal identity, reflecting on how the unbridled use, without sufficient regulation and far from a constant philosophical reflection of social networks, directly affects personal identity and, as it could not fail to be, have the power to change even political scenarios, given the influence they generate on people. In this sense, we seek to identify the ways in which users of social networks expose themselves to manipulation, starting from a historical overview of the advancement of virtual media and relating this fact to the formation of personal identity. It also seeks to verify the ability to decode existing information in the virtual environment and the perception of manipulation mechanisms that put the exercise of citizenship at risk. For this purpose, the hypothetical-deductive method is used, using bibliographical research as the main methodological procedure.

Keywords: Social networks; Personal Identity; Political Views; Citizenship.

¹ Mestranda do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UniCesumar); Especialista em Direito Civil, Processual Civil e do Trabalho pela PUCPR; Bacharel em Direito pela Universidade Cesumar (UniCesumar); Advogada.

² Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UniCesumar); Pesquisador Bolsista na Modalidade Produtividade em Pesquisa para Doutor do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI); Líder do Grupo de Pesquisa "Proteção Integral da Pessoa: Interações dos Direitos Humanos, dos Direitos Fundamentais e dos Direitos da Personalidade"; Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UniCesumar; Mestre e Doutor em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; bacharel em Direito e Música pela Universidade Estadual de Maringá; Advogado. E-mail: marcus.geandre@gmail.com.

³ Professora no Programa de Mestrado Profissional em Direito, Sociedade e Tecnologias das Faculdades Londrina; Coordenadora de Pós-Graduação do IDCC; Doutora em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná; Bacharel em Direito e Licenciada em Letras.

1 INTRODUÇÃO

Questões políticas sempre merecem grande atenção, seja no âmbito da ciência que lhe é inerente – que busca primordialmente compreender as formas pelas quais o poder se estabelece nas sociedades complexas – seja no âmbito histórico, visando esclarecer causas e desdobramentos dos acontecimentos a ela relacionados. Neste contexto e importância, o presente artigo busca estudar a formação da ideologia política a partir de seu ponto mais íntimo: a identidade pessoal.

A identidade pessoal é um direito da personalidade que representa a somatória de diversas características pessoais que possibilitam que se responda à indagação “quem és?”. Sendo assim, a identidade se forma a partir de inúmeros atributos e traços muito próprios de cada um como o nome, a filiação, a cor, a raça, o credo e, também, a ideologia política, o que, somados, possibilitam a identificação desta pessoa como diferente de todos e, ao mesmo tempo, identificada ou pertencente a algum grupo social.

O momento histórico pelo qual passamos, conceituado por alguns autores como “pós-modernidade”, traz consigo a marca muito expressiva da fluidez, da liquidez, da efemeridade, do volátil, que se mostram como suas qualidades preferidas em detrimento do firme, do sólido, do estável, do eterno, sendo uma identificação feita nas relações das pessoas com as coisas, das pessoas com outras pessoas e, também, delas consigo mesmas.

Desta maneira, como não poderia deixar de ser, a identidade pessoal e a ideologia política, como traços da identidade, também sofrem interferências atinentes à necessidade ou desejo de mudanças e de adequações rápidas com o fim de atender às exigências pós-modernas, ainda mais quando os indivíduos se colocam, cada vez mais, em contato com o ambiente virtual, onde a velocidade das informações e das relações é ainda mais voraz e incentivada.

Neste sentido, o presente estudo apresentará, por primeiro, um breve panorama histórico, na busca de compreender os avanços tecnológicos observados nos meios de comunicação individuais e sociais, empenhando-se em demonstrar as principais diferenças havidas entre as mídias tradicionais (principalmente o rádio e a televisão) e as mídias virtuais, sobretudo no que consiste às formas de interação entre os espectadores/usuários e os que fornecem as informações e conteúdos disponíveis nestes meios de comunicação.

Na sequência, dedicar-se-á à análise dos impactos gerados pela aproximação a esses recursos comunicacionais (com atenção especial ao uso crescente das redes sociais), na formação da identidade pessoal, da qual é parte integrante, a ideologia política, seguindo-se do

estudo das principais formas de manipulação utilizadas no meio virtual, como perigo ao exercício da cidadania, buscando-se responder à seguinte indagação: o uso crescente do ambiente virtual, sobretudo das redes sociais, pode prejudicar o pleno exercício da cidadania?

Para tal, foi empregado o método hipotético-dedutivo, valendo-se como principal procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, já que pelo acesso à doutrina relativa ao objeto do estudo, principalmente à identidade pessoal relacionada às redes sociais, buscou-se verificar a hipótese inicialmente abordada de que o crescente e desregrado uso do ambiente virtual, sobretudo das redes sociais, pelos indivíduos pós-modernos, pode impedir o pleno exercício da cidadania e prejudicar a autenticidade da formação da ideologia política.

O artigo se vale de uma abordagem primordialmente qualitativa acerca da temática, vez que se preocupa especialmente com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, embora traga traços quantitativos quando se debruça ao crescente número de usuários das redes sociais. Ademais, o estudo está fundado em pesquisa de natureza básica que objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência do Direito, propondo perspectivas possíveis e, especialmente, buscando fomentar o estudo, o debate, o interesse mais constante e aprofundado sobre o tema.

É uma pesquisa com objetivo exploratório e explicativo na medida em que objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, chamar a atenção para o problema discutido, com vistas a torná-lo mais explícito, assim como busca identificar os possíveis fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos neste artigo discutidos.

2 DAS MÍDIAS TRADICIONAIS ÀS MÍDIAS DIGITAIS

O desenvolvimento da tecnologia sempre foi assunto de grande fascínio, gerando especulações que ultrapassaram o campo do possível e acabam por ganhar as telas dos cinemas, as letras das músicas e enredos de romances. Não obstante as mais populares e enérgicas discussões sobre tema provavelmente se debruçarem sobre da possibilidade de se teletransportar, habitar outros planetas ou viver por mais tempo, os maiores avanços feitos até agora foram nos meios de comunicação.

Até a Segunda Guerra Mundial a comunicação em larga escala ocorria por meio de veículos de radiodifusão, sobretudo, pelos aparelhos de rádio, vez que, a radiodifusão

compreende toda a tecnologia que se utiliza de ondas eletromagnéticas para transmissão tanto de sons quanto de imagens.

As grandes empresas que transmitiam informações por meio do rádio no período da segunda grande guerra, desenvolveram métodos para fazer com que a informação transmitida fosse compreendida de forma mais abrangente, utilizando-se de artifícios lúdicos e técnicas de locução que prendiam de forma efetiva a atenção do ouvinte e o levava à compreensão daquilo que de fato interessava:

Outro programa da CBS transmitido em 1938, em que Welles de novo figurava como locutor, foi uma versão muito modificada de “A guerra dos mundos”, de H. G. Wells. O anúncio de descida de marcianos na Terra gerou pânico, mas o programa foi descrito por Dorothy Thompson como “a notícia do século”, fornecendo “uma contribuição para o entendimento de hitlerismo, fascismo, stalinismo e todos os outros terrorismos de nossa época, maior do que todas as palavras escritas sobre o assunto por homens sensatos”. (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 215-216).

Toda a informação repassada pelos rádios tendia a ser mais bem compreendida pelos receptores do que quando eram transmitidas por meio escrito¹, já que o acesso a tais informações passou a ocorrer de forma mais simplificada, sem a necessidade de alfabetização ou de deslocamento, pois as ondas alcançam longas distâncias, tanto no meio urbano quanto no rural. Todavia, se inicialmente as ondas sonoras eram utilizadas com o fim de informar e educar, com o tempo, passaram a representar um papel mais importante no ramo do entretenimento, principalmente após se verificar as possibilidades comerciais que o largo alcance dos rádios proporcionava.

Ocorre que a propagação no uso do rádio, embora tenha sido muito veloz, não se deu de forma tão rápida quanto a da televisão que, em seu início, mesmo com a oferta de poucos programas, teve uma produção de aparelhos que saltou de menos de duzentos mil para quinze milhões em cinco anos, entre 1947 e 1952 (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 234) e, da mesma forma que o rádio, a televisão teve uma programação que tendia ao entretenimento sendo destinatária de investimentos cada vez maiores das grandes empresas diante do interesse em divulgar seus produtos e serviços nos intervalos comerciais.

¹ Registra-se que os meios impressos também marcaram profundamente a forma de comunicação e transmissão de informações. Nesse sentido, Pierre Lévy destaca que “Dada a quantidade de livros em circulação, não seria mais possível que cada leitor fosse introduzido às suas interpretações por um mestre que tivesse, por sua vez, recebido um ensino oral. O destinatário do texto é agora um indivíduo isolado que lê em silêncio. Mais que nunca, a exposição escrita se apresenta como autossuficiente. A nova técnica, tal qual se desenvolveu na Europa a partir do meio do século XV, contribuiu para romper os elos de tradição” (LÉVY, 2010, p. 96).

Com o tempo, passaram a ser desenvolvidas, inclusive, áreas do saber destinadas justamente à efetividade da divulgação de produtos e serviços por meio dos intervalos comerciais durante os programas de televisão, o próprio curso universitário de Publicidade e Propaganda “surgiu na segunda metade do século XX, a partir de demandas estabelecidas principalmente pelo mercado midiático” (Guedes e Malcher, 2021), com a finalidade de atender aos anseios de lucro.

Importante pontuar que ainda que com o surgimento e aprimoramento da tecnologia da televisão, mesmo nos dias de hoje é muito comum que as pessoas ainda tenham aparelhos de rádio em suas residências, ou em seus veículos de locomoção, o que não significa que estes aparelhos tenham se tornado totalmente obsoletos, principalmente para as gerações mais novas. Isto porque, o surgimento de uma mídia (enquanto meio de comunicação pelo qual a informação é transmitida) diferente, embora possa representar sua sobreposição sobre a mídia preexistente, não consubstancia no desaparecimento total da sobreposta, mas sua substituição em se tratando de preferência.

Ainda que os avanços observados no surgimento e aprimoramento da radiodifusão sejam vertiginosos, as maiores e mais espantosas alterações nos meios de comunicação se deram com o advento da internet que, inicialmente (em meados dos anos 1990), apenas era utilizada internamente em ambientes acadêmicos para facilitar a pesquisa. A partir daí, foi se aprimorando um sistema desenvolvido para que outros computadores pudessem ser ligados e desligados da rede, tendo a possibilidade de acessar os conteúdos ali constantes, na “nuvem”, sem necessariamente alterá-los ou perdê-los após a desconexão da máquina.

A partir disso, com as facilidades dos meios para acessar a internet que se seguiram, destaca Angélica Carlini, que a utopia era a de que

em um mundo interconectado fossemos capazes de nos conectar com muito mais facilidade, até porque é muito maior a capacidade de receber informações e adquirir conhecimentos necessários para solucionar problemas. (CARLINI, 2020, p. 223).

As mudanças neste meio foram impulsionadas por diversos fatores como a atração de interesses comerciais que viram na internet um ambiente que dava poder e liberdade aos indivíduos que o utilizavam (Guedes e Malcher, 2021, p. 302), o que atraía (e continua atraindo) cada vez mais usuários. Esta sensação de liberdade experimentada pelo usuário no ambiente virtual, por si só, também foi uma grande propulsora da intensificação do uso da internet no cotidiano das pessoas, uma vez que, cada vez mais, este é o ideal social: libertar-se.

Diante dessa imersão das vias tecnológicas em todos os âmbitos da vida das pessoas, passa-se a colocar o indivíduo em situação de “inteira disposição do outro”, conforme apontou Bauman, de modo que

a entrada da telefonia móvel na vida social eliminou, para todos os fins práticos, a linha divisória entre tempo público e tempo privado; entre espaço público e espaço privado; casa e local de trabalho; tempo de trabalho e tempo de lazer; 'aqui' e 'lá'. O proprietário de um telefone celular está sempre e em toda parte ao alcance dos outros, está sempre 'aqui', sempre ao alcance da mão”. (BAUMAN, 2011, p. 44).

Ainda, uma das maiores diferenças havidas na relação entre o espectador do rádio e da televisão para o usuário da internet, se dá justamente na forma de interação que ocorre entre o que produz o conteúdo e a informação transmitida, e o que recebe o que foi produzido. No rádio e na televisão (assim como nas demais mídias tradicionais, bem como nas impressas), o receptor da informação age de forma passiva, apenas recebendo o conteúdo transmitido. Seu poder de escolha é muito limitado, podendo decidir tão somente se liga ou desliga a televisão para assistir aos jornais matinais ou para acompanhar as telenovelas noturnas, por exemplo.

Na internet, por outro lado, ao mesmo indivíduo que consome o conteúdo, é dado também o poder de produzir seu próprio conteúdo para acesso de outros indivíduos, agindo ativamente na formação do que está sendo disponibilizado na rede, se sentindo livre tanto para acessar (quando e onde quiser) o que foi produzido por terceiros, como para produzir – ele próprio – o conteúdo que julgar conveniente.

Essa é, inclusive, uma das características da Sociedade da Informação apontada por Manuel Castells, ao indicar sua base material, qual seja, a informação como matéria prima, sendo as tecnologias também utilizadas para agir sobre a informação. (CASTELLS, 2020, p. 124-125).

A sensação do exercício de uma grande liberdade é inegável e, nas palavras de Bauman (2011, p. 24) “as capacidades interativas da internet são feitas sob medida para essa nova necessidade. Em sua versão eletrônica, é a quantidade de conexões, e não sua qualidade, que faz toda a diferença para as chances de sucesso ou de fracasso”, fazendo com que a qualidade do conteúdo produzido tenha menos importância que a quantidade.

A Internet aparece na já apresentada “pós-modernidade”, na qual os imperativos universais passaram a dar lugar aos interesses individuais; “o ‘modo certo’, uma vez unitário e indivisível, começa a dividir-se em ‘economicamente sensato’, ‘esteticamente agradável’, ‘moralmente

apropriado” (BAUMAN, 1997, p. 9). Houve uma desconstrução da ética tradicional sem que um novo direcionamento quanto ao modo de agir correto eticamente fosse construído.

As pessoas pós-modernas têm uma necessidade de liberdade e de autodeterminação que a internet lhes fornece de forma muito efetiva. E nesta dinâmica de fornecimento e consumo de “conteúdo” virtual, vai-se moldando quem as pessoas são, do que gostam, como se vestem, que nome dar aos filhos, quem seguir e quem deixar de seguir. As identidades vão sendo modeladas sem que haja um filtro ético de tudo o que está sendo utilizado neste processo.

O sujeito pós-moderno, que rompeu com os moldes éticos tradicionais, e libertou-se das amarras que obrigações éticas universais lhe impunham, hoje está de certa forma perdido em sua liberdade, pois não tem plenas condições de determinar como agir corretamente, não havendo obrigação acerca de quais conteúdos produzir ou quais consumir, isto porque, uma vez desconstruída a ética tradicional não houve a construção de um caminho que a substituísse para nortear a ação.

Segundo Bauman, esta libertação se mostra perigosa na medida em que “e não havendo nenhuma autoridade bastante forte ou bastante ativa para desaprovar todas as outras e pretender monopólio, não fica claro que desobediência a qual será ‘mal menor’” (1997, p. 28), o indivíduo, não sabendo como agir, age mesmo assim e acaba embasando a formação da própria identidade neste meio, em produz e consome conteúdos que não têm qualquer preocupação ética.

Não se quer aqui desconsiderar os avanços e conquistas que os meios de comunicação alcançaram em todo esse período, mas tais conquistas “têm de ser mediadas por novas atividades regulatórias, por novas frentes de estudo e crítica, ponderadas a partir da reflexão” (BITTAR, 2014, p. 287), o que não tem ocorrido. Além disso, fica cada vez mais evidente que todas essas transformações não podem ser vistas apenas em sua dimensão tecnológica, com resoluções meramente técnicas, mas se estendem à essência do ser humano, na formação da sua identidade o que, em larga escala, tem o poder de mudar os rumos da humanidade.

3 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL NO CONTEXTO DAS MÍDIAS SOCIAIS

A identidade pessoal é objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, contudo, neste artigo, limitar-se-á à sua análise sob o ponto de vista do direito e da psicologia. No que se refere ao direito, tem-se que a identidade pessoal é um direito da personalidade, mas que não se confunde com os direitos da personalidade previstos no Código Civil, como o nome ou a honra, mas é a somatória de todos os atributos que, juntos, formam o “quem” de cada um, seu

nome, seu apelido, sua profissão, seu cabelo, seu gosto musical, sua etnia, sua raça, sua ideologia política, assim como tantas outras particularidades.

Neste sentido, a psicologia já mostra que a formação da pessoa, quem ela é, não acontece apenas por meio de suas capacidades inatas, suas características genéticas, mas da somatória da interação destas características, destas heranças biológicas com o contato social que a pessoa tem no meio em que vive, sendo que os componentes biológicos servem de suporte para a formação dessa identidade. Assim, conforme Jacques (1999, p. 165) discorre, é necessário compreender a identidade como constituída na relação entre as pessoas através da inserção do indivíduo no ambiente coletivo:

É no contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem as possibilidades e impossibilidades, os modos e alternativas de sua identidade (como formas histórico-sociais de individualidade). No entanto, como determinada, a identidade se configura, ao mesmo tempo, como determinante, pois o indivíduo tem um papel ativo quer na construção deste contexto a partir de sua inserção, quer na sua apropriação. Sob esta perspectiva é possível compreender a identidade pessoal como e ao mesmo tempo identidade social, superando a falsa dicotomia entre essas duas instâncias. Dito de outra forma: o indivíduo se configura ao mesmo tempo como personagem e autor – personagem de uma história que ele mesmo constrói e que, por sua vez, o vai constituindo como autor (JACQUES, 1999, p. 163).

A título de exemplo, cita-se um atleta de basquete, que na grande parte das vezes trata-se de um indivíduo alto, que tem esta característica física por razões genéticas, biológicas. Esta característica deu suporte para que tal profissão fosse escolhida por ele, mas nem todas as pessoas altas são atletas e, embora esta característica física possa direcionar a identidade de alguém, a forma como se apresenta em sociedade, não se trata de um fator condicionante, sendo a interação social um fator indispensável para a formação do “eu” de cada um.

Sendo assim, se o meio social é elemento fundamental na forja da identidade pessoal, e atualmente o número de usuários das redes sociais vem crescendo, assim como cresce o tempo em que se passa diante dos aparelhos *smart*, o conteúdo disponibilizado neste meio, acaba por provocar influências e direcionamentos na formação da pessoa, sua identidade, em diversos sentidos, ainda mais se se toma como premissa a liquidez típica do mundo pós-moderno:

(...) o que mais importa para os jovens é preservar a capacidade de remodelar a “identidade” e a “rede” no momento em que surge uma necessidade (ou, na verdade, um capricho) de fazê-las, ou quando se suspeita que essa necessidade já tenha surgido. A preocupação dos antepassados com a própria identificação, exclusiva e única, tende a ser deslocada pela preocupação com uma reidentificação perpétua (BAUMAN, 2011, p.24).

Esta necessidade de remodelação, de alteração e adequação constantes, faz com que o uso das redes sociais se torne cada vez mais atrativo, pois, neste ambiente, é possível que as alterações aconteçam com a velocidade de um clique. Basta que se publique ou se exclua uma foto, que se escreva uma frase ou que se altere o perfil, para que a pessoa detentora deste mesmo perfil seja vista como diferente.

As alterações no mundo *offline* ocorrem de forma muito mais lenta, cheia de obstáculos; algumas vezes nem é possível mudar o que se pretende por falta de recursos. Tingir os cabelos, no mundo real, é uma decisão difícil de se tomar, por exemplo. Existe a necessidade de se adaptar à nova cor, existe a possibilidade de não se gostar do resultado; tantas outras são as questões que precisam ser analisadas antes de se tomar uma atitude – aparentemente simples – como essas. No mundo *online*, por outro lado, basta um clique para mudar o tom das madeixas e, depois, voltar à cor anterior, com o uso dos filtros tecnológicos.

Muitas são então as ferramentas que fazem do ambiente virtual um meio tão atrativo para todas as idades. O algoritmo se reveste da tarefa de tornar mais agradável o tempo que se passa *online*, pois trata-se de uma inteligência artificial capaz de oferecer ao usuário exatamente o que ele espera encontrar.

Desta forma, sabendo-se que a identidade está em processo constante de formação e transformação, e que estes processos não dependem apenas de questões biológicas, da herança genética de cada um, mas que se dá pela interação da pessoa no meio em que vive, é evidente que o uso desenfreado das redes sociais (onde se produz e se consome conteúdos que não têm preocupação ética e, considerando ainda, a tecnologia que envolve o algoritmo), depreende-se que a formação integral da pessoa sofre riscos. O ambiente virtual, nas palavras de Empoli, assemelha-se a um grande carnaval:

Durante o Carnaval, não há lugar para o espectador. Todos participam juntos da celebração desvairada do mundo ao avesso, e nenhum insulto ou piada é vulgar se contribui para a demolição da ordem dominante e sua substituição por alguma dimensão de Liberdade e fraternidade. o Carnaval produz, naquele que dele participa, uma intensa sensação de plenitude e de renascimento – o sentimento de permanecer a um corpo coletivo que se renova. De espectador, cada um se torna ator, sem nenhuma distinção baseada em grau de instrução. A opinião do primeiro que passa vale tanto quanto, ou talvez mais, que a do expert. enquanto isso a máscara coletiva se mudou para a internet em que o anonimato tem o mesmo efeito da desinibição que tempos atrás, nascia no momento de se vestir uma fantasia. os trolls são, assim, os novos polichinelos, que jogam gasolina no fogo libertador do Carnaval populista (EMPOLI, 2019, p. 22).

O ambiente virtual, acessado por um número cada vez maior de pessoas, por um tempo diário cada vez mais expressivo, passa uma perigosa ilusão de liberdade, induzindo os usuários ao erro de imaginarem estar consumindo e produzindo o conteúdo que lhes convém e que lhes é benéfico, quando em verdade apenas estão fazendo uma seleção entre as opções que lhes são disponibilizadas pelo sistema (HAN, 2018. p. 27). Na verdade, o campo de escolha do usuário é bastante limitado pelo algoritmo e, em última análise, possibilita um acesso limitado às informações, mas este controle acontece de forma muito velada. O indivíduo acredita que tem acesso ao todo, quando na verdade lhe é oferecido apenas uma parte, a que foi determinada pela tecnologia do algoritmo.

Embora pontos aparentemente irrelevantes sejam alterados e influenciados por componentes externos sem que se crie grandes discussões e preocupação, é necessário que haja conscientização no sentido de que, nestas situações, os mecanismos de poder atuais se efetivam, pois nas palavras de Byung Chul-Han ele “está precisamente onde não é posto em evidência. Quanto maior é o poder, mais silenciosamente atua. Ele se dá sem ter que apontar ruidosamente para si mesmo” (2018, p. 25) e, da mesma forma que tem condições de interferir e influenciar os usuários em sua forma de vestir, também pode interferir em outros aspectos da pessoa, de sua identidade, como sua ideologia política.

É justamente em razão dessa forma de poder que a identidade de forma geral, inclusive aspectos desta identidade, como a ideologia política, se revelam vulneráveis, uma vez que se forjam em constante interação com o ambiente virtual onde a chamada psicopolítica atua de forma muito efetiva, disfarçada de liberdade, influenciando e moldando tais identidades de maneira a atender interesses daqueles que possuem o poder, sejam estes interesses políticos, econômicos, ou qualquer outro.

A dinâmica das redes sociais vem sendo largamente utilizada na veiculação de informações e pensamentos que, nem sempre são verdadeiros, com o intuito de influenciar as pessoas a pensar de determinada forma. O crescimento no número de informações falsas, as chamadas Fake News, com finalidades políticas, é um fenômeno muito conhecido por toda a coletividade que, embora saiba de sua existência, muitas vezes não tem consciência de serem vítimas desta manobra de influência.

Segundo Edgar Morin (2007), o homem pós-moderno perdeu as condições de ter uma compreensão complexa acerca de si próprio e também acerca do contexto em que vive, de forma universal e interligada. Perdeu a capacidade de identificar de forma ampla as consequências de seus atos. Outra não é a realidade no ambiente virtual em que a produção e consumo de

conteúdos ocorre de forma efêmera, sem que o usuário perceba, a longo prazo, o alcance destes conteúdos, não tendo condições, muitas vezes, de discernir o verdadeiro do falso, deixando-se levar por sensações e sentimentos, propositalmente provocados pelos conteúdos, facilitando e tornando ainda mais eficiente o uso dos mecanismos do psicopoder, também na manipulação de ideologias políticas. No mesmo sentido, traz Bittar:

O conceito ‘democracia virtual’ ainda que esfumado, começa a ganhar valor e definir-se como uma exigência política do ambiente de rede. Se os intentos de *Direito e democracia*, de Jürgen Habermas, procuravam algum meio para se realizar, através da energia e da sinergia dos usuários da rede, este é um recurso técnico não desprezível; o potencial político, democrático e cidadão da internet deve ser reconhecido pela capacidade que possui de agregar, informar, e mobilizar por causas de interesse público e comum. As facilidades que ocasiona pela acessibilidade, baixo custo, rapidez e amplo alcance da circulação de informações, torna seu potencial um incrível instrumento de aprimoramento do convívio democrático e cidadão. (BITTAR, 2014, p. 299)

Neste sentido, pode-se dizer que a cibercultura política “continua dependente de uma consciência cidadã, pois participação implica em formação, e formação implica aspectos que não são nem determinados nem controlados pela rede, por serem anteriores e externos a ela”. O que se quer dizer é que a capacidade de decodificação das informações trazidas pelas redes e a criticidade constante sobretudo o que nela é produzido, se torna ponto determinante para que, ultrapassando-se a identidade pessoal, mude-se até mesmo os rumos de uma nação por meio daquilo que, certo e intencional, se produz na aparentemente inócua rede de amigos da internet.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dilemas relativos à política e ao poder sempre foram alvos de estudos e pesquisas que visam tanto a compreensão dos fenômenos experimentados pelas sociedades, como a forma pela qual estes fenômenos ganham força e se tornam possíveis.

Atualmente, a pós-modernidade evidencia um momento em que o indivíduo, cansado de sofrer com obrigações que lhe eram impostas por modelos éticos tradicionais, baseados em conceitos religiosos e em outras dinâmicas universais, se vê num momento em que, rompendo com tais modelos, cultiva em si a ideia de liberdade de autodeterminação.

É justamente neste contexto que se observa o apogeu da internet. Se durante tanto tempo as informações e os meios de informações e entretenimento eram produzidos pelas grandes empresas, emissoras de televisão, pelas grandes estações de rádio, hoje em dia, cada um tem em sua mão, por meio de seus tecnológicos aparelhos celulares, a possibilidade de escolher quais matérias quer

acessar, quais formatos de entretenimento mais agradam, além de poder, ele próprio, produzir conteúdos a ser disponibilizados para tantas pessoas quantas se interessem pelo assunto.

Ocorre que, disfarçada de liberdade, está presente nas redes, ações de psicopoder, que manipulam as pessoas e influenciam para que ajam de uma forma ou de outra segundo seus interesses. Nesta dinâmica de controle, travestido de liberdade, cada pessoa que se encontra inserida no meio virtual, permanece em constante formação de sua identidade; segue experimentando novas situações e, por meio de suas condições biológicas e herança genética somadas à interação social, designando seu próprio eu.

Esta formação, esta lapidação constante, repercute em todas as faces da identidade de cada um, podendo influenciar no gosto musical, na forma de se vestir, na forma que prefere ser chamado, na fé que professa, na atividade profissional que desenvolve, mas também, na formação da ideologia política.

A ideologia política é apenas um traço da identidade pessoal de cada um e, assim como todas as outras nuances da pessoa, pode se modificar e se intensificar de acordo com o meio social em que está inserido.

Após a realização desta pesquisa, foi possível identificar que os indivíduos, embora tenham perdido a capacidade de analisar de forma complexa o contexto em que vivem, se deparam com um contexto cada vez mais complexo, no qual, diversos jogos de influência e poder acontecem e, pela dinâmica dos algoritmos, muitas vezes resta impossível que a pessoa tenha acesso a todos os lados de uma única informação.

Sabedores desta realidade, os detentores do poder, atuam alienando as pessoas com relação à realidade, quando cada um acaba tendo acesso apenas a parte do todo. Sendo assim, a criação de uma ideologia política realmente autêntica, se revela uma tarefa muito difícil, pois, para que seja autêntico, é necessário que o indivíduo tenha acesso irrestrito à informação, além do que, após o acesso irrestrito, é necessário que haja capacidade de decodificação da informação acessada.

Verifica-se que, no ambiente virtual, altamente manipulado, o acesso irrestrito à informação não acontece efetivamente e a capacidade de decodificação também não se mostra efetiva, pois restou atrofiada no homem pós-moderno. Esta situação demonstra um risco acentuado ao pleno exercício da cidadania e da expressão de opiniões próprias, inclusive na hora do voto. Pois baseado apenas em parte das informações disponíveis, o indivíduo forma sua ideologia política de forma deficitária, o que pode repercutir em danos severos ao próprio Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BELTRÃO, Silvio. **Os direitos da personalidade**, São Paulo: Atlas, 2005.
- BITTAR, Carlos Alberto apud BELTRÃO, Silvio, Romero. **Direitos da personalidade: de acordo com o Novo Código Civil**. São Paulo: Atlas, 2005.
- BITTAR, Eduardo C. B. **O direito na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CARLINI, Angélica. O Paradoxo da Judicialização das Relações Sociais na Sociedade da Informação: a dificuldade do diálogo na sociedade da democracia informacional. In: LISBOA, Roberto Senise (Coordenador). **O Direito na Sociedade da Informação V**. São Paulo: Almedina, 2020, p. 219-231.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. Trad. Roneide Venancio Majer. 21^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos: Como as fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.
- GUEDES, Suelen Miyuki Alves, MALCHER, Maria Ataíde. **Publicidade e Propaganda: história, conceitos e trajetória de ensino**. Research, Society and Development, v. 10, n. 15, e196101522636, 2021. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22636>> Acesso em: 22/09/2022.
- HAN, Byung-Chul. **O desaparecimento dos rituais: Uma topologia do presente**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

JACQUES, Maria da Graça. Identidade. in: STREY, Marlene Neves. **Psicologia social contemporânea**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 159 - 167.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Trad.: Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 96.

MORAN, Edgar. **O método 6; ética**. Tradução Juremir Machado da Silva. 3ª ed. – Porto Alegre: Sulina. 2007.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Data de submissão: 29/10/2021

Data de aprovação: 15/11/2021

Data de publicação: 30/01/2023

Este trabalho é publicado sob uma licença
Creative Commons Attribution 4.0 International License.